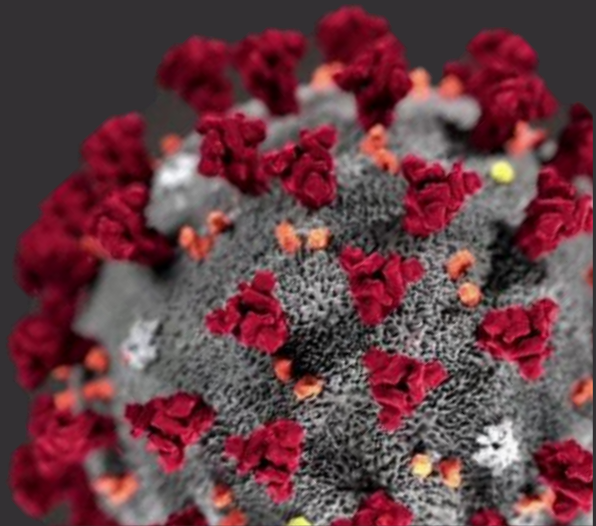


Painel de Monitoramento

Impactos da Covid-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – Subte, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Resultados PNAD Contínua - 3º trimestre;
- Mercado de trabalho e terceira idade;
- Perspectivas pós-pandemia;
- Registro de MEI's em tempos de crise;
- Índice de Confiança dos Setores Industriais.

SEGURO-DESEMPREGO

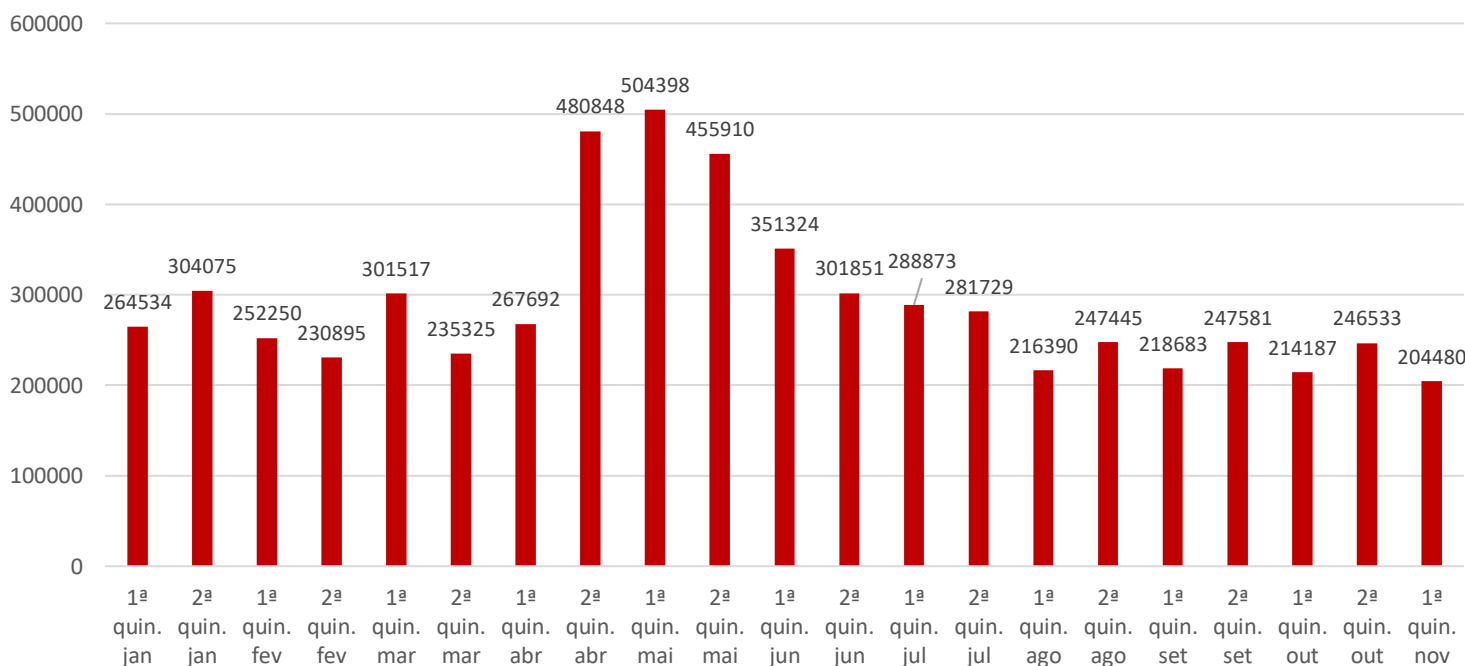
Brasil registra 204.480 requisições do benefício na primeira quinzena de novembro

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho durante o pico da pandemia em Minas Gerais e no Brasil, a evolução do número de solicitações do Seguro-Desemprego torna-se um importante indicador para dimensionar os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho formal e para estimar a velocidade de recuperação pós-pandemia. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro-Desemprego, no Brasil, na primeira quinzena de novembro, foi de 204.480, uma retração de 17% em relação à quinzena anterior, quando foram requeridos mais de 246 mil benefícios. Se cotado com a mesma quinzena de 2019, é possível inferir que novembro de 2020 teve um desempenho ainda melhor, com queda de 18,3%, o que equivale a mais de 46 mil solicitações de diferença.

É interessante observar que, se considerarmos todo o país, as requisições do Seguro-Desemprego por meio dos canais digitais correspondem a 58,8% do total de benefícios requeridos, percentual este superior àquele verificado em Minas Gerais, onde pouco mais da metade (53,1%) da participação se dá pela web. De toda forma, é curioso observar que, tanto no Brasil como em Minas Gerais, a distribuição das solicitações tem repetido um mesmo padrão desde agosto de 2020: na primeira quinzena do mês ocorre crescimento do indicador, e na segunda quinzena do mês ocorre decréscimo. Esse fenômeno é resultado direto de um comportamento típico dos empregadores, que consiste em dispensar os funcionários no final do

mês, após o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fenômeno este que faz com que um contingente significativo de desempregados inicie o processo de requisição do benefício na primeira quinzena do mês subsequente. O gráfico abaixo demonstra a oscilação desse indicador no Brasil durante o ano de 2020:

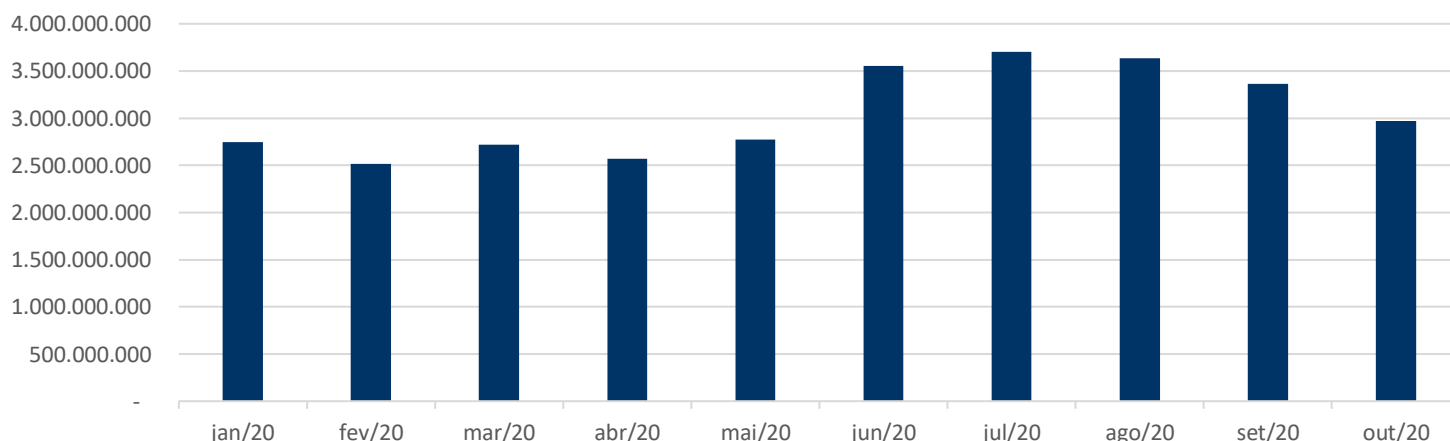
Requisições do Seguro Desemprego - Brasil



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Do ponto de vista econômico, o segmento de Serviços foi aquele que mais demandou o Seguro-Desemprego (40,2%), seguido pelo Comércio (26,8%) - setores estes que também concentram o maior quantitativo de vínculos formais no Brasil. Na sequência desse ranking, surgem a Indústria e a Construção, com participações de, respectivamente, 15,2% e 10%. Por último, aparece a Agropecuária (5,8%), setor no qual predominam vínculos informais, fenômeno que impacta, portanto, a capacidade de o trabalhador acessar ao Seguro Desemprego.

Valores Pagos no Seguro Desemprego - Brasil



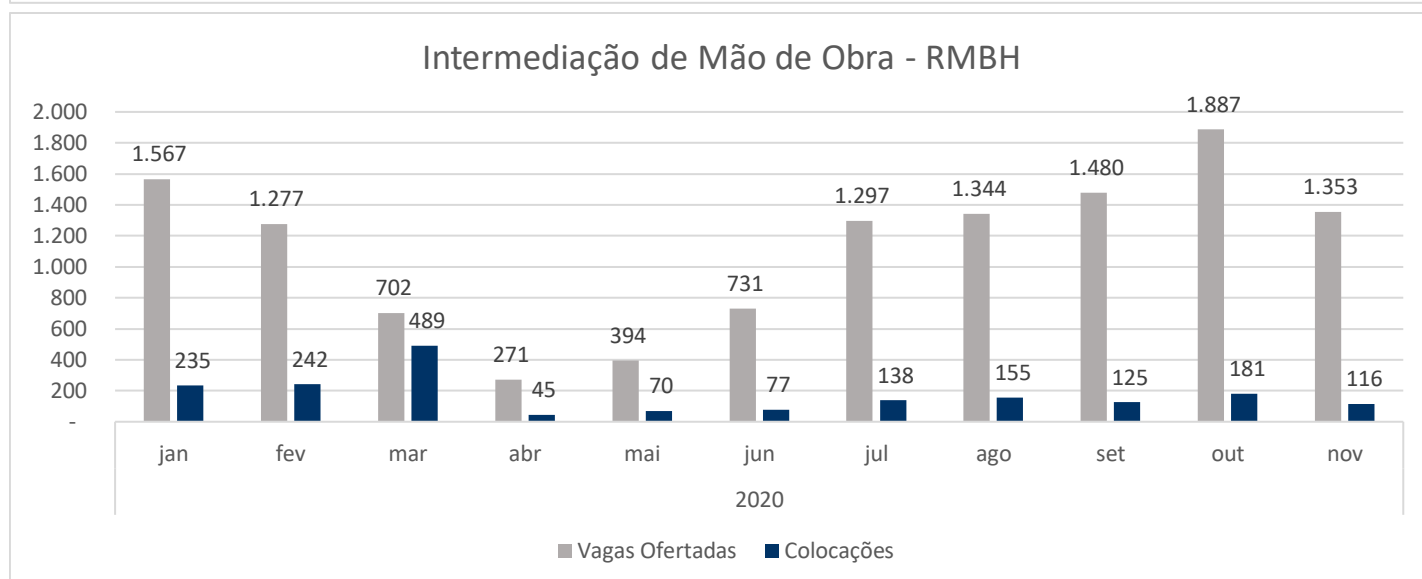
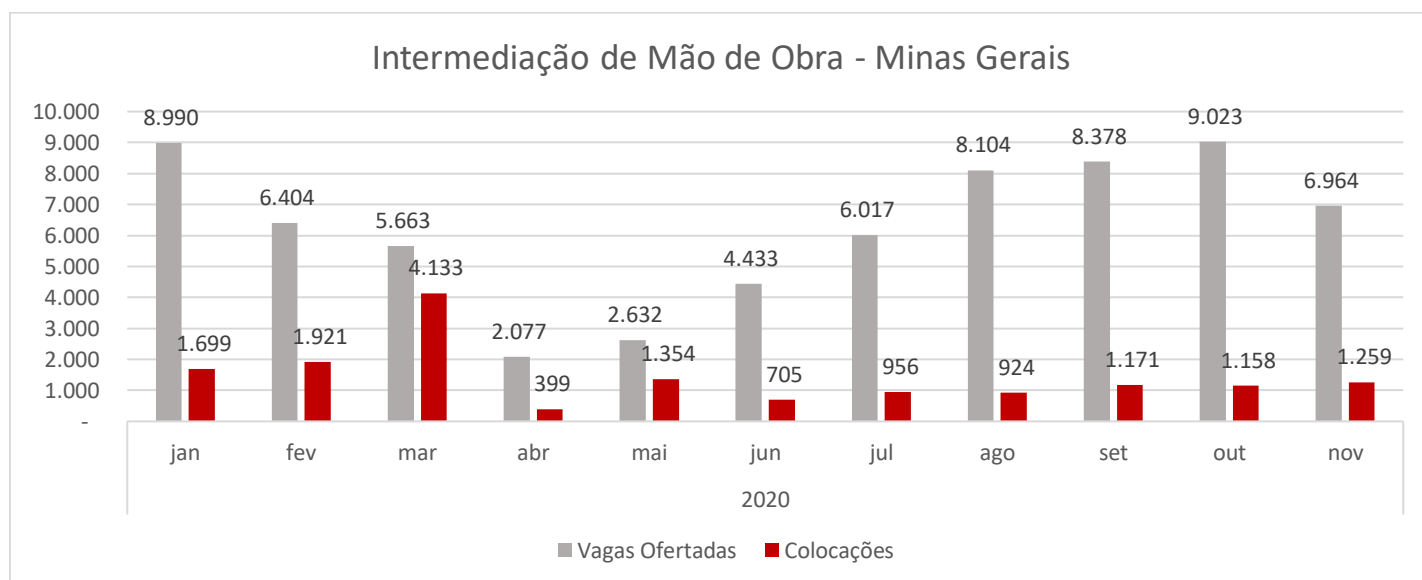
Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

ESTATÍSTICAS DO SINE

Postos de atendimento retomam serviços presenciais

As unidades do SINE em Minas Gerais registraram 869.635 atendimentos entre janeiro e novembro de 2020 (até o dia 30/11), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e Intermediação de Mão de Obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados e suscitou a demanda, por parte do trabalhador, para que os serviços fossem retomados. Por isso, diante das medidas de flexibilização do isolamento social que entraram em vigor a partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o acolhimento presencial mediante agendamento prévio, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD
 Dados de novembro contabilizados até o dia 30/nov

DESOCUPAÇÃO NO PAÍS CHEGA A 14,6%

PNAD Contínua: flexibilização das medidas de distanciamento tende a pressionar mercado de trabalho

A taxa de desocupação no país voltou a crescer no terceiro trimestre do ano e chegou a 14,6%, alta de 1,3 ponto percentual em relação ao trimestre imediatamente anterior (13,3%). Entre julho e setembro deste ano, havia 14,1 milhões de pessoas desocupadas à procura de emprego em todo país - 1,3 milhão a mais que no trimestre anterior (abril a junho). A taxa de desemprego registrada no trimestre atingiu o patamar mais elevado da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cujos resultados foram publicados no dia 27 de novembro.

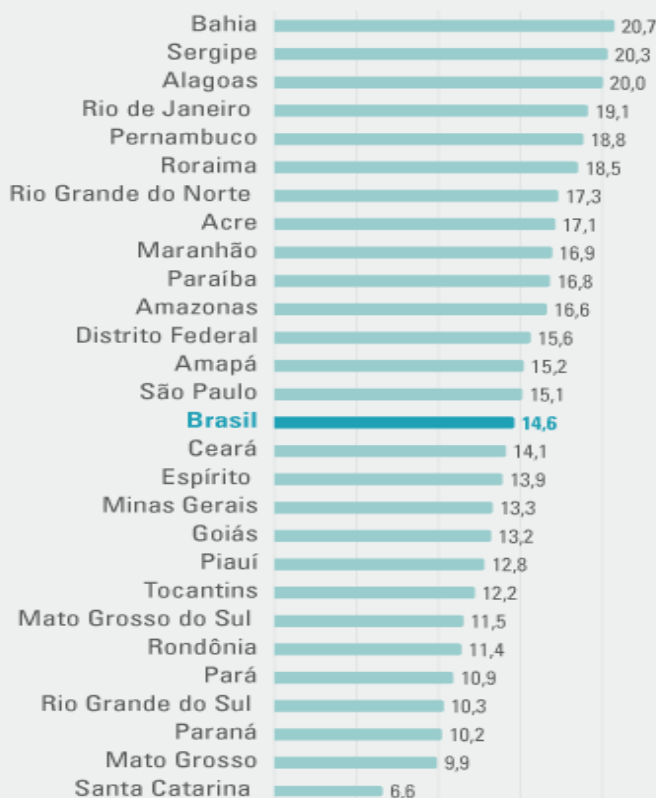
Entre as unidades da federação (UF), a tendência foi de estabilidade na taxa de desocupação na comparação com o trimestre anterior - de 27 UF's, o indicador de desocupação se manteve estável em 17 e apresentou crescimento em 10. Em Minas Gerais a desocupação não apresentou variação significativa na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano e se manteve estável em 13,3%, após variar positivamente 0,4%, dentro da margem de erro da pesquisa.

Segundo a analista da PNAD Contínua, Adriana Beringuy, o aumento na taxa de desemprego no país reflete a flexibilização das medidas de isolamento social para controle da pandemia de Covid-19. "Houve maior pressão sobre o mercado de trabalho no terceiro trimestre. Em abril e maio, as medidas de distanciamento social ainda influenciavam a decisão das pessoas de não procurarem trabalho. Com o relaxamento dessas medidas, começamos a perceber um maior contingente de pessoas em busca de uma ocupação", explica.

Ainda sobre a população desocupada, nota-se que o desemprego foi maior entre os jovens. Os grupos de pessoas com idade entre 14 e 17 anos (5,1 milhões) e 18 a 24 (29,3 milhões) tiveram taxa de desocupação de 44,2% e 31,4%, respectivamente, patamares bem acima da média nacional (14,6%). Ainda sobre o perfil dos desocupados, os dados evidenciaram grande variação conforme o sexo - entre os homens, a desocupação ficou em 12,8%, enquanto, entre as mulheres a taxa foi de 16,8%.

Outro aspecto importante da pesquisa é o contingente de ocupados por setor de atividade econômica. No terceiro trimestre do ano, se destacaram positivamente os setores de construção e agricultura. Na construção, houve aumento de 7,5% no total de pessoas ocupadas, 399 mil trabalhadores a mais que no 2º trimestre do ano. Já na agricultura, o aumento foi de 3,8%, compreendendo mais de 304 mil trabalhadores de diferença positiva. "A atividade da construção foi a que mais aumentou no período. Isso porque pedreiros ou outros trabalhadores por conta própria, que tinham se afastado do mercado em função do distanciamento social, retornaram no terceiro trimestre com a reabertura das atividades e a demanda por pequenas obras, como reformas de imóveis", explica Adriana Beringuy.

Taxa de desocupação (%) Por UFs - 3º trimestre de 2020



Fonte: PNAD Contínua

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

MERCADO DIFÍCIL PARA TERCEIRA IDADE

Pandemia reduz oportunidades para trabalhadores de grupo etário mais avançado

A pandemia do coronavírus tornou o mercado de trabalho ainda mais avesso aos trabalhadores com mais de 50 anos, sobretudo por ser o avanço da idade um dos fatores de risco para a doença. Se antes da pandemia o grupo já sofria para se colocar profissionalmente, agora, com a crise, passou também a lidar com um quadro de forte diminuição do número de oferta de novas vagas e aumento das demissões.

Em setembro de 2020, o número total de admissões no país foi de 1.379 milhão, resultado muito próximo da média para o mesmo período de 2012 e 2019 (1.4 milhão). Porém, o resultado variou bastante entre as faixas etárias. Enquanto o número de contratações de jovens com até 25 anos cresceu e até superou a média histórica recente, as vagas para pessoas mais velhas estão mais escassas. O número de admissões de pessoas com mais de 60 no mês de setembro de 2020 foi equivalente a apenas 70% da média para o mesmo mês dos anos anteriores (2012 e 2019).

Já para as demissões, ocorre o inverso. Embora o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) historicamente apresente saldos negativos de emprego para as faixas etárias mais avançadas, o total mensal de desligamentos dos mais velhos está se aproximando mais rapidamente da média histórica, ao contrário do total de desligamento ocorrido entre os mais jovens, que está abaixo da média e se aproxima em ritmo mais lento.

A plataforma Maturi, especializada em intermediação entre empresas e profissionais com mais de 50 anos, registrou redução de

80% na busca por trabalhadores entre os meses de março e abril, auge da pandemia. De agosto a setembro deste ano, a procura cresceu apenas 30% em relação ao resultado do mês de abril. Já em outubro, houve um aumento da procura, porém o resultado superou em apenas 60% o registrado no momento mais crítico da pandemia (março e abril). Os números são possíveis reflexos de um aumento da resistência dos empregadores para a contratação de pessoas com mais de 50 anos após o início da pandemia.

PERSPECTIVAS PÓS-PANDEMIA

Até 15 milhões de brasileiros devem buscar emprego no pós-pandemia, pressionando o mercado de trabalho

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), divulgados no último dia 27 de novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Covid-19 levou mais de 11 milhões de pessoas a perder seus empregos, tanto formais quanto informais, no terceiro trimestre de 2020, na comparação com igual período de 2019. No entanto, esse número só não foi maior porque 10 milhões de brasileiros deixaram de procurar trabalho - e, por isso, não são contabilizados pela metodologia do IBGE.

Ricardo Paes de Barros, economista pesquisador do Insper e estudioso da desigualdade social no país, defende que o "governo brasileiro deveria investir recursos em um amplo programa para auxiliar a reinserção de até 15 milhões de trabalhadores no mercado durante a retomada pós-pandemia", já que esse é o número de trabalhadores que podem voltar a buscar emprego nos próximos meses e, se não houver oportunidades, acabarão engrossando as estatísticas de pobreza no Brasil.

O pesquisador também alerta que esse enorme contingente, em algum momento, voltará a buscar trabalho, seja porque o auxílio emergencial esgotou seu prazo de validade em dezembro deste ano, seja porque os trabalhadores têm desejo de voltar à atividade. Essas pessoas se somarão a outros 3 milhões que, anualmente, ingressam no mercado de trabalho. Os números sequer consideram quem, antes da pandemia, já estava à procura de colocação profissional. "Como vai ter uma entrada (de mais trabalhadores), o governo tem de se preparar para arranjar espaço para uns 15 milhões", diz Paes de Barros.

Nesse grupo, destaca-se o maior impacto sobre trabalhadores domésticos e dos setores de alojamento, alimentação e comércio. Esses profissionais estão entre os que vão precisar de ajuda do governo para se repositonar no mercado de trabalho na retomada da economia. Juntos, esses três setores empregavam no terceiro trimestre 5,7 milhões a menos do que em igual período do ano anterior. No caso do trabalho doméstico, por exemplo, houve destruição de quase 1,7 milhão de postos de trabalho em relação ao ano passado, o que representa um risco ainda maior de vulnerabilidade para profissionais que, há pouco foram contemplados pela legislação trabalhista, mas que ainda encontram desafios em termos de reconhecimento e remuneração.

MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Novos registros de MEI em tempos de crise

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), apesar de o avanço do novo coronavírus estar impactando negativamente a economia, a formalização como microempreendedor individual (MEI) pode ser uma alternativa para geração de renda durante a crise.

Em 2018, a cada duas semanas, em média, 61.043 novos MEIs se formalizaram, enquanto, em 2019, esse número subiu para 83.698. Até a primeira quinzena de março de 2020 foi registrada uma tendência de alta. As cinco primeiras quinzenas de 2020, diferentemente, apresentaram uma média de 107.861 novos MEIs, o que demonstra como a economia do micro estava aquecida.

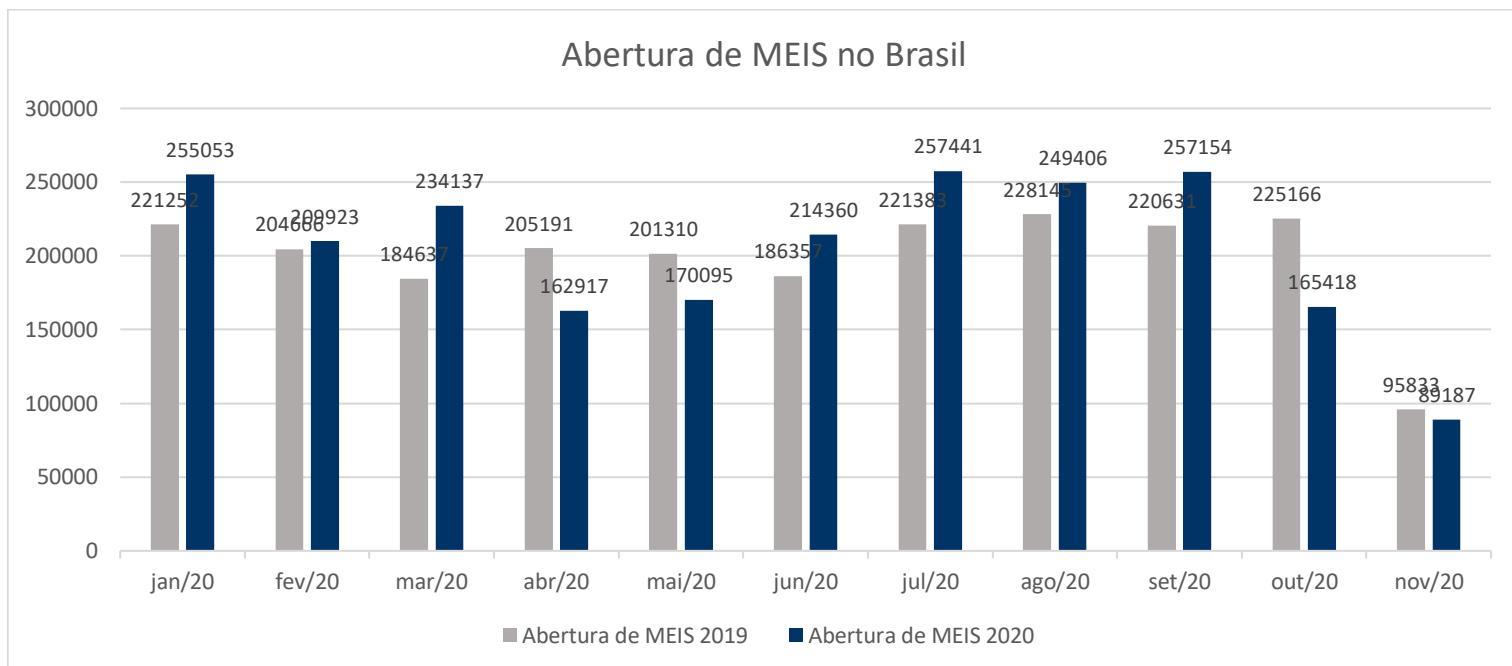
Ainda nesse sentido, o SEBRAE divulgou, no último dia 25 de novembro, um boletim que analisa os registros da abertura de MEI's, até primeira quinzena de novembro de 2020. Nesse relatório, nota-se que, de 2010 até 2016, houve um aumento gradual na proporção de mulheres à frente de seus próprios negócios. No entanto, de 2018 até meados de novembro deste ano, essa proporção caiu.

Considerando a visão por faixa etária das microempreendedoras individuais em 2020, percebe-se que existe uma proporção um pouco maior de MEI abertos entre as mais jovens até 24 anos e também entre as mulheres a partir dos 54 anos de idade. Já nas faixas intermediárias de 24 até 44 anos, houve uma queda na proporção de mulheres, em relação ao ano anterior.

Em abril e maio, considerado o auge do isolamento e fechamento das empresas, o número de abertura de MEI's caiu em relação a 2019. Já entre junho e setembro, os registros voltaram a ser maiores do que no ano anterior, sendo que, em outubro, voltaram a cair e, até a primeira quinzena de novembro, encontravam-se abaixo dos registros de 2019.

Tomando por base as unidades da federação, Minas Gerais, correspondeu a 11% dos MEI's abertos no Brasil, tanto em 2019 quanto em 2020. Em São Paulo, a participação era de 29,6%, em 2019, e passou para 28,1%, em 2020. Somente seis estados tiveram redução na participação de abertura de MEI este ano, em relação ao ano passado.

De acordo com estatísticas do Portal do Empreendedor, em 21 de novembro de 2020, havia, no Brasil, um total de 11.201.234 MEI's registrados. Os dados sobre a abertura de novos MEI's durante este ano, quando comparado com mesmo período do ano passado, mostram que, apesar da crise imposta pela pandemia de Covid-19, e da consequente paralização das atividades empresariais, o MEI é considerado uma boa alternativa de formalização de atividades para a população empreendedora. Neste ano, surpreendentemente, o número de registros de novos MEI's alcançou marcas superiores em vários meses em relação a 2019.



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Data Sebrae

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#)

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CRESCE






Setor de biocombustíveis apresentou maior variação positiva

Em novembro de 2020, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) voltou a crescer frente ao mês anterior, saltou de 61,8 para 62,9 pontos, e está a apenas 1,8 pontos do indicador de fevereiro de 2020 (64,7). Dos 30 setores da indústria pesquisados, houve avanço da confiança em 22 deles, motivado, sobretudo, pela melhora da percepção das condições atuais da economia brasileira, em relação aos últimos seis meses.






O ICEI é apurado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI e mensura o nível de confiança do empresário no país. O indicador varia de 0 a 100 pontos e a confiança é caracterizada quando o resultado supera os 50 pontos. Mesmo que o ICEI de novembro não tenha aumentado para todos os setores industriais, todos estão confiantes de acordo com o levantamento feito pela CNI. O setor com o ICEI mais baixo foi o de Obras de Infraestrutura (54 pontos) ao passo que a pontuação mais alta foi registrada entre os empresários do setor de Produtos de Borracha (68,2).

As maiores variações positivas do ICEI, na passagem de outubro para novembro, ocorreram entre os empresários do setor de Biocombustíveis (+10,1, chegando a 64,1 pontos), Couro e Artefatos do Couro (+8,3, chegando a 65,7 pontos) e Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos (+4,4, para 61,1 pontos). As maiores quedas da confiança, ocorreram nos setores de Móveis (-5,3, para 57,5 pontos) e Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos (-4,4, para 54,5 pontos). O infográfico abaixo detalha esses resultados:

+ Setores mais confiantes

	Produtos de borracha	68,2
	Produtos de madeira	66,2
	Metalurgia	66,0
	Couros e artefatos de couro	65,7
	Máquinas e equipamentos	65,6

- Setores menos confiantes

	Obras de infraestrutura	54,0
	Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	54,5
	Móveis	57,5
	Impressão e reprodução de gravações	57,8
	Produtos alimentícios	59,3

Fonte: Confederação Nacional da Indústria